As Atividades de Complemento Curricular e o aproveitamento escolar: Que relações? - Estudo de caso numa escola secundária do Funchal.

João Henriques da Silva
Mestre em Liderança e Administração Educacional

Alice Mendonça
Centro de Investigação em Educação
Universidade da Madeira

Introdução

Conscientes da importância que a educação formal tem na nossa sociedade, propusemo-nos refletir sobre as aprendizagens que decorrem à margem dos saberes dominantes e obrigatórios, e que para alguns alunos constituem a "fuga" da eterna insatisfação gerada pela rigidez do currículo. Neste sentido, propusemo-nos determinar se existe alguma relação entre as atividades de complemento curricular (ACC) e o aproveitamento escolar dos alunos que as frequentam, bem como conhecer a percepção que os agentes educativos envolvidos têm acerca destas actividades.

Enquadramento Teórico

Muitas das críticas que hoje são feitas à Escola relacionam-se com a falta de ligação entre a intenção e a ação. A informação e os conhecimentos estão desligados da vida; vive isolada da comunidade e do mundo; privilegia conteúdos que na sua maioria são inúteis e não funcionais; gera exclusão apesar de se dizer obrigatória. Porém, é também sabido que o que se quer da Escola de hoje é diferente do que se pretendia que fosse no passado. Espera-se que os saberes se construam; que seja mais inclusiva do que seletiva; que adote um modelo curricular que proporcione visões globais e integradas do conhecimento; que não viva isolada da sociedade e que os professores se revejam na sua dimensão social; que haja lugar para um efetivo desenvolvimento das competências atitudinais e cívicas de intervenção (Leite, 2003).

Tyler (1969) marca um ponto de viragem ao delimitar as experiências educativas a que o currículo diz respeito. Deixa de se falar apenas em conhecimento e dimensão cognitiva, para se valorizarem as experiências educativas que a Escola proporciona. É a partir daqui que surgem expressões como atividades "co-curriculares" anexas e informais, cuja influência sobre a vida escolar dos alunos é reconhecidamente positiva, ainda que entendidas como "satélites das atividades académicas". Porém, "o conhecimento que as atividades de complemento curricular veiculam começa a emergir ainda que de uma forma ténue e hesitante, no universo do conhecimento curricular" (Vilhena, 1999, p. 44).

Nos anos 70, a germinação da "Nova Sociologia da Educação" na Grã-Bretanha, constituiu-se como um movimento crítico aos conteúdos curriculares facultados pelas escolas que não percebiam que o insucesso escolar não se prendia com fatores cognitivos mas antes com fatores de diferenciação escolar inerentes à própria natureza do currículo (Forquin, 1996). Para Vilhena (1999), este movimento surge contra a "estruturação social" dos currículos, o que terá

dado origem a disciplinas de primeira e disciplinas de segunda, ainda hoje patentes na nossa Escola, como é o caso da posição de subalternidade inerente às Atividades de Complemento Curricular.

Atualmente, a conceção de currículo compreende outras atividades desenvolvidas fora do contexto das disciplinas obrigatórias e que pretendem desenvolver outro tipo de saberes e de competências. É a partir daqui que surge a relação entre currículo e projecto, implicando que se conceba e se transforme o currículo prescrito a nível nacional num projeto contextualizado a cada situação, reconstruído localmente, e simultaneamente orientado por uma intencionalidade própria. Estas contextualizações e reconstruções deverão ser orientadas pelas intenções educativas e prioridades definidas no Projeto Educativo de Escola e devem ser o núcleo agregador das intervenções dos diversos atores de educação local (Leite, 2003).

Ainda que não lhe seja conferido o estatuto de teoria, o conceito de "currículo oculto" está inerente às perspectivas críticas sobre o currículo. Este "currículo oculto" diz respeito a todos os aspectos do ambiente escolar que, distanciados do currículo oficial, contribuem de forma implícita para as aprendizagens sociais relevantes. Assim, importa perceber se as atividades de complemento curricular conseguem de alguma forma contrariar a lógica de subalternidade que ainda hoje lhes é imputada nas nossas escolas.

A consagração legal das atividades de complemento curricular surge no artigo 48º da LBSE. Reconhece-se que "as atividades curriculares dos diferentes níveis de ensino deverão ser complementadas por ações orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres" e que têm como objetivo primordial "o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade" (ponto 2 do artigo supracitado); refere-se ainda, no ponto 4, que estas atividades devem "valorizar a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação".

No artigo 51º da versão consolidada da LBSE (Lei n.º49/2005 de 30 de agosto), acrescenta-se que estas actividades "podem ter âmbito nacional, regional ou local e, nos dois últimos casos, ser da iniciativa de cada escola ou grupo de escolas". Assim, na Região Autónoma da Madeira (RAM), a Direção Regional de Educação e Cultura (DREC) sugere, a partir de oficio circular, um conjunto de projetos de formação pessoal e social, susceptíveis de dinamizar ao nível das ACC. Ressalva-se contudo, que cada escola tem autonomia para criar os seus próprios projetos/clubes tendo em conta o seu próprio projeto educativo.

Metodologia

De modo a avaliar a relevância que as atividades de complemento curricular têm (ou tiveram) no percurso escolar dos alunos que actualmente frequentam o 12º ano, é necessário conhecer sua percepção face a esta temática. A sua opinião reveste-se de particular importância, na medida em que ao logo do percurso escolar experienciaram diferentes contextos, reformas curriculares e exames nacionais e provavelmente terão ainda participado em diferentes projetos e atividades extracurriculares.

Esta pesquisa teve lugar numa escola secundária pública da Região Autónoma da Madeira e envolveu metodologias quantitativas e qualitativas. A pesquisa bibliográfica, a consulta de legislação referente às actividades de complemento curricular e a apreciação dos documentos internos da escola, constituíram a primeira etapa desta pesquisa, que se complementou com a realização de entrevistas e inquéritos por questionário, aplicados a responsáveis da Secretaria Regional de Educação e Cultura (SREC), aos gestores escolares, aos professores que coordenam as ACC na escola em estudo, bem como aos alunos.

A escola seleccionada para este estudo é a maior da RAM, com uma população discente de aproximadamente 2300 alunos distribuídos por cursos Cientifico-Humanísticos (CCH), Cursos de Educação e Formação (CEF), Cursos Tecnológicos (CT) e Cursos Profissionais (CP). No ano letivo em estudo (2012/2013) os alunos do 12º ano representavam, aproximadamente, 30% da população discente, num total de 744 alunos (378 rapazes e 366 raparigas), inscritos nos cursos Cientifico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias, nomeadamente, Artes Visuais, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades, Informática, Desporto, Administração e Ordenamento do Território e Ambiente. Destacam-se ainda os alunos dos Cursos de Educação e Formação, vulgo CEF, de Técnico de Informática, Técnico de Multimédia e Técnico de Secretariado. Como a discrepância de géneros era notória consoante o teor de cada curso, seleccionamos para este estudo uma amostra constituída por 20% dos alunos, representativos de cada género e área de estudos.

Análise dos dados

A partir das entrevistas realizadas ao presidente do Conselho Executivo e aos Coordenadores de Atividades de Complemento Curricular percebemos que não existe qualquer estudo estatístico sobre os alunos que participam nas ACC. Ou seja, desconhece-se o número, o género e o curso frequentado. Apenas foi reconhecido, que estes alunos são muito "empenhados".

A escola também não possui dados objetivos que sustentem a possível relação entre ACC e sucesso escolar. Assim, apenas salientaram que os alunos que integram estas atividades "[…] sentem-se melhor na escola", "valorizam a escola, sentem-se entusiasmados, honram a escola", o que constitui "meio caminho andado para o sucesso".

Em termos de avaliação, o presidente do órgão de gestão da escola entende o sucesso escolar como "um processo holístico que integra todos os pontos de um ser humano" e portanto considera que a ponderação relativa a "atitudes e valores" (que constitui 10% da avaliação) já é uma forma de avaliar objetivamente a participação em ACC. Isto é, a avaliação interna do aluno não corresponde na totalidade à parte curricular, pelo que as competências sociais, atitudinais e humanas desenvolvidas em ACC serão valorizadas na avaliação final.

As ACC recebem um "total apoio" do conselho executivo, que por sua vez, estabelece parcerias com as Secretarias Regionais; da Educação e Cultura, do Turismo, da Juventude e particularmente com a Secretaria Regional do Ambiente.

No que concerne aos tipos de ACC promovidas, são múltiplas as áreas de abrangência. Existem projetos na área da multimédia, das línguas, das ciências, do ambiente, da expressão

artística, entre outros. Porém, a sua efectivação, carece da aprovação do conselho pedagógico, com base no pressuposto de que "se for uma coisa para encher horas não se aceita".

Relativamente à relevância das ACC, o presidente do conselho executivo considera que "a escola, na sua autonomia pode, a esse nível, fazer a diferença", reconhecendo que as atividades são fundamentais no complemento ao currículo obrigatório particularmente no enriquecimento do jovem na sua dimensão de cidadania. Considera ainda que as ACC constituem um ponto forte da instituição; são um reflexo da autonomia da escola; patenteiam-se no PEE, " [são fundamentais na preparação do] jovem para que possa ser um cidadão de corpo inteiro na sociedade" e constituem uma forma de integração dos alunos, bem como de identidade e de valorização da escola.

As ACC assumem um papel primordial no cumprimento da missão da escola sendo referenciadas com grande enfoque nos documentos orientadores daquela (PEE, PAE e RI). São definidas no PEE como "pilares estratégicos da escola" e têm como objetivo principal "orientar os jovens para uma formação integral" por se constituírem como um fator essencial na realização pessoal dos alunos, nomeadamente por lhes fomentarem um espírito democrático e pluralista, tornando-os cidadãos críticos e criativos, solidários e voluntários. As ACC são também especificadas como estratégia de cumprimento dos principais objetivos previstos no PAE no que diz respeito à educação para a cidadania. Outro aspeto fundamental, consiste em sensibilizar e envolver os alunos no seu próprio processo de aprendizagem envolvendo-os nas várias ACC que estão disponíveis na escola. Sobre este último aspeto, de ressalvar, que o espectro de envolvência das ACC ganha diferentes contornos ao longo do ano letivo. Ou seja, num primeiro momento, a dinamização das ACC confina-se aos alunos e professores envolvidos mas, num segundo momento, são orientadas para fomentar a articulação entre as diversas estruturas de coordenação pedagógica e entre estas e a comunidade.

É impossível, a partir dos documentos internos à escola definir o perfil do aluno que participa em ACC. Para além dos dados que se reportam a sucesso escolar/aproveitamento escolar, a escola não possui dados estatísticos sobre quem são os alunos que participam em ACC, pelo que generalizam, avançando com a informação de que são oriundos de todos os cursos.

Os dados obtidos através dos inquéritos demostram que há mais rapazes do que raparigas a participar em ACC e que os alunos procedem dos diferentes cursos que existem na escola, ainda que a maioria frequente os cursos Cientifico-Humanísticos.

No âmbito do PEE e do PAE, não existe qualquer especificidade, recomendação ou regra na inscrição/participação nas ACC, pelo que qualquer aluno de qualquer curso pode frequentar a ACC que pretende.

Sobre a importância das ACC, a própria DREC destaca aspetos como o "desenvolvimento pessoal e social dos alunos", incentivando práticas pedagógicas inovadoras, lúdicas e formativas, visto que a escola "tem que ser mais do que o programa de uma disciplina" sendo capaz de proporcionar as mais variadas experiências a partir do desenvolvimento de ACC assente numa lógica de transdisciplinaridade. Dos obstáculos que se colocam à implementação e dinamização de ACC, destacam-se sobretudo, aqueles que se prendem com a situação económica, social e financeira que afetam o País e a Região neste momento. É mais dificil

conseguir apoios para o desenvolvimento de atividades que careçam, por exemplo, da presença de convidados exteriores à escola, ou até da aquisição de materiais. Ressalta-se ainda, que as sucessivas reestruturações curriculares e as consequentes alterações dos espaços físicos, também dificultam o desenvolvimento de projetos.

Em virtude da cultura escolar estar voltada para a dinamização de ACC, no início do ano letivo incentivam-se e sensibilizam-se os alunos para as várias ofertas que existem na escola. As parcerias (escola/empresas), constituem também uma forma de incentivar a implementação de ACC, até porque se imputa ao sector empresarial uma responsabilidade social.

Dos alunos inquiridos, 74,5% declarou que não costuma participar nas ACC. Questionados sobre os motivos da sua "não participação", os cincos motivos que, por ordem decrescente, se destacaram foram: "falta de tempo" (65,8%); "horários incompatíveis das ACC com o horário letivo" (43,6%); "as ACC que existem não são do meu agrado" (41,6%); "não considero importante participar em ACC" (39,6%); "os meus amigos não participam em ACC" (30,9%) (Cf. Tabela 1).

Tabela 1 - Motivos da não participação dos alunos em ACC

Motivos	Percentagem
Falta de tempo.	65,8%
O horário de funcionamento das ACC é incompatível com o meu horário letivo.	43,6%
As ACC que existem na escola não são do meu agrado.	41,6%
Não considero a participação em ACC importante no meu percurso escolar.	39,6%
Os meus amigos não participam em ACC.	30,9%
Não tenho conhecimento das ACC.	28,2%
As ACC não são valorizadas pela escola.	26,8%
As participações são limitadas a alunos com boas notas.	3,4%

Tabela 2 - ACC frequentadas

Atividades de Complemento Curricular	Percentagem
Desporto Escolar	30,1%
Baú de Leitura	9,1%
Prevenção (Rodoviária, ou similar)	9,1%
Clube de Ciências (Ambiente, Matemática ou similar)	8,1%
Clube de Teatro	6,1%
Clube Musical (ou similar)	6,1%
Clube Europeu (ou similar)	6,1%
Projeto Parlamento Jovem	6,1%
Clube de Dança (ou similar)	6,1%
Projeto Eco-Escolas	5,1%
Clube de Cinema (ou similar)	2,0%
Clube de Ginástica (ou similar)	2,0%
RS4E	1,0%
Projeto CEL	1,0%
Projeto Atlante	1,0%
Clube de Línguas (ou similar)	1,0%

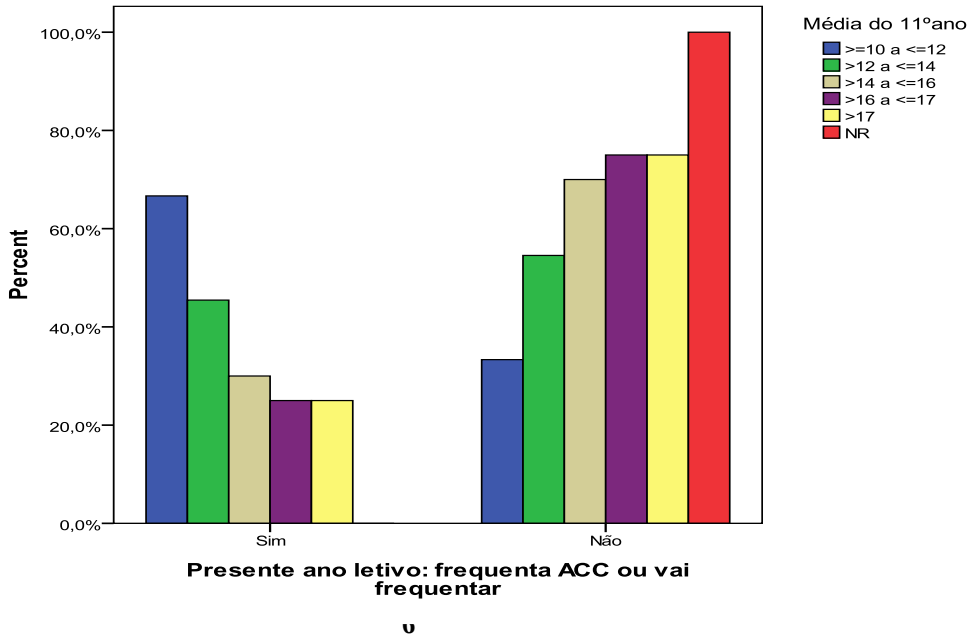
Uma vez que a maior percentagem de alunos elege o desporto como área privilegiada de complemento ao currículo, o Desporto Escolar destaca-se como a ACC mais frequentada (Cf. Tabela 2). Por outro lado, a participação numa ACC idêntica, em mais do que dois anos consecutivos, foi ainda referida por 62,2% dos alunos.

Tabela 3 - Razões da participação em ACC

Razões da participação em ACC	Percentagem
Iniciativa própria	26,5%
Serem uma forma de passar tempo.	15,7%
Pretender aumentar conhecimentos não contemplados nas disciplinas.	14,7%
Melhorarem competências que desenvolvo nas disciplinas.	13,7%
Permitem aplicar conhecimento adquirido nas disciplinas	5,9%
Desenvolver competências que não existem no âmbito do curso.	5,9%
Indicação dos professores	4,9%
Serem valorizadas pela escola.	4,9%
Têm impacto social.	3,9%
Indicação dos familiares	2,9%
Afinidade com o professor responsável pela atividade	1,0%

Pela análise da Tabela 3, verificamos que existem quatro razões principais para a participação dos alunos em ACC: "iniciativa própria" (26,5%), "ser uma forma de passar o tempo" (15,7%), "pretender aumentar conhecimentos não contemplados nas disciplinas" (14,7%) e "melhorar competências desenvolvidas nas disciplinas curriculares" (13,7%). Nas quatro razões mais apontadas, é importante reconhecer que duas delas vão ao encontro do principal objetivo deste tipo de atividades, que é constituir-se como um complemento ao currículo seja no domínio conceptual das disciplinas que integram o currículo obrigatório, seja no aperfeiçoamento de competências que integram esse mesmo currículo. De salientar ainda, que a quinta razão mais assinalada (5,9%) se prende com a mobilização do conhecimento adquirido nas diversas disciplinas, aspeto também relevado nos objetivos fundamentais das ACC.

Gráfico 1 - Média obtida no final do 11º ano *versus* participação em ACC no 12º ano.



A partir do Gráfico 1, verificamos que no 12º ano, a maioria dos alunos que participa em ACC obteve no 11º ano, médias que oscilaram entre os 10 e os 14 valores. Por seu turno, os alunos cujas médias foram superiores a 14 valores representam a menor percentagem.

Uma vez que temos vindo a associar o sucesso escolar às classificações obtidas nas áreas curriculares disciplinares, selecionamos para análise as razões que vão ao encontro desse critério.

Tabela 4 - Relação entre as razões de participação em ACC e a média obtida no final do 11º ano (valores percentuais)

Razões da participação em ACC	Média obtida no final do 11ºano				
	≥10 a ≤12	>12 a ≤14	>14 a ≤16	>16 a ≤17	>17
Aumentar conhecimentos não contemplados nas disciplinas.	0	26,7%	33,3%	13,3%	26,7%
Melhorar competências que desenvolvo nas disciplinas.	7,1%	21,4%	35,7%	7,1%	28,6%
Desenvolver competências que no âmbito do curso não é possível.	0	0	33,3%	33,3%	33,3%
Aplicar conhecimentos adquiridos nas disciplinas	0	0	33,3%	16,7%	50%

A Tabela 4 permite verificar que cerca de 75 % dos alunos com média superior a 14 valores justifica a sua participação em ACC com o facto de "aumentar conhecimentos" e "melhorar competências". Por seu turno, 50% dos alunos que têm média superior a 17 valores aponta como motivo a possibilidade de "aplicar conhecimentos adquiridos nas disciplinas".

Quando questionados acerca do seu grau de concordância com a afirmação "se as ACC tivessem influência nas minhas notas participava", a maioria dos alunos com média superior a 14 valores, não vê neste critério um incentivo à participação em ACC. Ao invés, a maioria dos alunos com médias entre os 10 e os 12 valores (66,7%), admite que participaria se as ACC tivessem influência nas suas classificações.

Porém, no contexto atual, é difícil admitir a possibilidade das ACC serem tidas em consideração na avaliação interna dos alunos. Por um lado, pelo facto de a participação nas ACC ser facultativa e por outro, porque nem todos os projetos têm a duração de um ano letivo. Porém, a DREC considera interessante a possibilidade de futuramente se enformarem as ACC nessa perspetiva.

No entanto, os alunos que participam nas ACC, assinalaram que estas influenciam positivamente a convivência, o espírito de iniciativa, o desenvolvimento de competências ao nível do trabalho de grupo, passando pelo desenvolvimento de competências que não são trabalhadas em contexto de sala de aula.

Das informações recolhidas e tendo em conta a totalidade dos estudantes que costumam participar em ACC, foi possível depreender que estas atividades são

maioritariamente frequentadas por aqueles que têm melhores classificações. Os resultados dos inquéritos consolidaram ainda o pressuposto de que os melhores alunos são simultaneamente os que mais valorizam as ACC e que, até ao 11º ano, mais tempo semanal lhes dedicaram. Contudo, no 12º ano, verifica-se um decréscimo numérico na sua participação nas ACC.

Conclusão

Depreendemos que a relação entre a participação dos alunos em ACC e a melhoria do aproveitamento escolar constituem os objetivos quer do poder central quer das escolas, que tudo fazem para alavancar o sucesso, seja qual for o seu significado e que aqui associamos a resultados escolares.

A opinião do total de alunos que fizeram parte deste estudo, não foi consensual. Se por um lado houve alunos que admitiram que participar em ACC pode contribuir para o sucesso escolar e ressalvaram que essa participação beneficia o seu desempenho nas atividades letivas, outros consideraram estes aspetos irrelevantes.

Neste contexto, consideramos que, ainda que valorizadas em muitas escolas e com uma reconhecida importância, as ACC ainda são um trabalho de bastidores. Estas atividades espontânea e naturalmente, passam para segundo plano como de resto acontece, frequentemente, com as componentes curriculares das disciplinas associadas às expressões. Este cenário eterniza o culto da definição limitada da inteligência associada às ciências puras, às letras ou às ciências sociais e humanas, desprezando e desvalorizando a multiplicidade e dimensão cósmica das nossas potencialidades.

Bibliografia

Alves, M. P. (2004). *Currículo e Avaliação - uma perpectiva integrada*. Porto: Porto Editora.

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA.

Barroso. (1996). O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In J. Barroso, L. C. Lima, P. Laderriére, J. Derouet, R. Gomes, F. S. Sierra, et al., *O estudo da escola* (pp. 169-170). Porto: Porto Editora.

Barroso, J. (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação - Uma introdução à Teoria e aos Métodos* (Vol. 12). Porto: Porto Editora.

Cortesão, L., Leite, C., & Pacheco, J. A. (2002). *Trabalhar por projectos em educação - Uma inovação interessante?* Porto: Porto Editora.

Fernandes, A. S. (2005). Descentralização, desconcentração e autonomia dos sistemas educativos: uma panorâmica europeia. In J. Formosinho, A. S. Fernandes, J. Machado, & F. I. Ferreira, *Administração da Educação - lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 53-90). Porto: ASA Editores, S.A.

Fontoura, M. (2006). *Do Projecto educativo de escola aos projectos curriculares - fundamentos, processos e procedimentos.* Porto: Porto Editora.

Formosinho, J. (2005). Centralização e descentralização na administração da escola de interesse público. In J. Formosinho, A. S. Fernandes, J. Machado, & F. I. Ferreira, *Administração da Educação - Lógicas burocráticas e lóegicas de mediação* (pp. 13-52). Porto: ASA Editores, S.A.

Forquin, J.-C. (1996). *Escola e Cultura.* Bruxelles: De Boeck.

Hill, M. M., & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário.* Lisboa: Edições Sílabo.

Leite C. (2003). *Para uma escola curricularmente inteligente.* Porto: ASA.

Leite, C. (2000). *Projecto curricular de escola. Projecto curricular de escola. Projecto curricular de turma. O que têm em comum? O que os distingue?* Obtido em 26 de Abril de 2011, de NETPROF: http://www.netprof.pt/PDF/projectocurricular.pdf

ME. (9 de Agosto de 2006). *Orientações: Área de Projecto dos Cursos Científico Humanísticos.* Obtido em 1 de Junho de 2011, de dgidc.min-edu.pt: www.dgidc.min-edu.pt/ensinosecundario/data/.../ap_pt_homolog.pdf

Mendonça, A. (2009). *O insucesso escolar: políticas educativas e práticas sociais. Um estudo de caso sobre o arquipélago da Madeira.* Mangualde: Edições Pedago, Lda.

Pacheco, J. A., & Morgado, J. C. (2002). *Construção e avaliação do projecto curricular de escola.* Porto: Porto Editora.

Perrenoud, P. (2003). Sucesso na escola: só o curriculo, nada mais que o currículo! *10º Colóquio da Association des Cadres Scolaires du Québec - ACSQ* (pp. 9-27). Québec: Cadernos de Pesquisa, n.º119.

Roldão, M. C. (2003). *Gestão do curriculo e avaliação de competências - as questões dos professores.* Lisboa: Editorial Presença.

Silva, T. T. (2000). *Teorias do currículo - uma introdução crítica.* Porto: Porto Editora.

Tyler, R. W. (1969). *Basic principles of curriculum and instuction.* Illianois: The University of Chicago Press.

Vilhena, T. (1999). *Avaliar o Extracurricular.* Porto: Edições ASA.

Yin, R. K. (1994). *Pesquisa Estudo de Caso - Desenhos e Métodos.* Porto Alegre: Bookman.

Legislação

- Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro)

Documentos internos da escola

Regulamento Interno;

Projeto Educativo de Escola;

Plano Anual de Atividades